



VISÕES DA FILOSOFIA DA CIÊNCIA NA LINGUÍSTICA

Wendel Vasconcelos Sampaio (UENF/FAPERJ)

Monique Silva Brito (UENF)

Resumo: Este artigo apresenta uma breve narrativa da história da filosofia da ciência, com enfoque na visão antiga anterior à primeira metade do século XX e na visão nova, surgida posteriormente. O objetivo é perceber a relação e as influências dessas visões no nascimento da Linguística, assinalado pela delimitação da língua como objeto de estudo, e apontar para as consequências da hegemonia da visão antiga da filosofia da ciência neste nascimento.

Palavras-chave: Antiga filosofia da ciência, Nova filosofia da ciência, Linguística

1. Introdução

Até pouco tempo, notadamente a partir da década de 60 do século XX, a visão que vigorava sobre o fazer científico era aquela de produtora de verdade, perpassada por neutralidade. Ainda que pese sobre essa afirmação o caráter semântico difuso, filosófico e metafísico do sintagma verdade, a instituição social da ciência, assim como outros sistemas de conhecimento, competia em buscá-la, condicionando, portanto, todo o fazer científico a este objetivo.

Não são poucas as consequências negativas para a sociedade, para o conhecimento e para a própria ciência da hegemonia deste objetivo, que passou incólume por quase toda a história da ciência, tendo sido reforçado no século XIX e, só no século XX – especialmente no período entre e pós guerras, quando cientistas e filósofos iniciaram um extenso debate que tanto buscava normatizar a ciência, atendendo às novas prerrogativas, quanto refletir e contar a história sobre ela, sobretudo a do fazer científico – entrou em uma derrocada para dar lugar a outros.

Dentre os grandes problemas criados por uma ciência debruçada sobre a busca da verdade, poder-se-ia citar o darwinismo social e o determinismo filosófico do final do século XIX, a eugenia e a bomba atômica da primeira metade do século XX e, por que não, o já anunciado aquecimento global, que, se não em processo, parte inegável de uma pauta com a qual a ciência e a sociedade lidam e culmina na política atual.

Uma vez que a ciência está para educação assim como os deuses estão para as religiões, da mesma forma a educação teve e tem de lidar com as consequências de um conhecimento produzido cientificamente que se apresentava como o verdadeiro. Uma prova disso é a supremacia das disciplinas com caráter científico aparentemente maior, em detrimento daquelas notadamente metafísicas ou pertencentes às novas ciências, para a construção das diretrizes curriculares e de sistemas de ensino. Se somente algumas disciplinas têm maior arcabouço ou mais espaço na hora de reivindicar seu lugar na construção da verdade ou da realidade, possivelmente a visão que constroem está comprometida.

Particularmente no ensino da língua, no Brasil, reivindicado por uma disciplina chamada Língua Portuguesa, a implicação é uma educação regulada numa verdade produzida pela ciência de que a língua é externa ao indivíduo, um fenômeno desvinculado, portanto, do social.



No surgimento da Linguística, disciplina que alçou a língua como objeto científico, essa distinção foi imperativa. Saussure (2006, p. 22) assinala essa distinção por meio da separação entre língua e fala; “Com o separar a língua da fala, separa-se ao mesmo tempo: 1º, o que é social do que é individual; 2º, o que é essencial do que é acessório e mais ou menos acidental”.

O ensino de língua, cuja determinação pelo ensino da Gramática desde os gregos é preponderante, somente cristalizou ainda mais essa abordagem com o reforço dado pela ciência. Ora, ensinar gramática não é ensinar língua. Especialmente no Brasil, país em que a língua foi ferramenta colonizatória, ensinar gramática, em geral uma única e exclusiva, é mais que um problema educacional, é um problema sociopolítico-cultural.

Neste artigo, logo, será possível encontrar uma breve narrativa sobre a história da Filosofia da Ciência, particularmente aquela que data da transição da antiga Filosofia da Ciência para a Nova Filosofia da Ciência, isto é, a transição de uma visão antiga para uma visão recebida, procurando perceber a relação desta transição nos estudos da língua feitos pela Linguística.

O texto abarcará as reflexões de Alex Rosenberg, na obra *Introdução à Filosofia da Ciência* (2013), buscando alinhavar essas reflexões a de outros autores, como Chalmers, em *O que é Ciência afinal?* (1993), atentando-se às contribuições deixadas por Popper, Khun, Lakatos e Feyerabend. Além disso, atentar-se-á, no texto, ao surgimento da Linguística, a partir de Saussure (1916) e ao tratamento dado à língua como objeto de estudo científico neste percurso de transformação científica.

2. Visão antiga da filosofia da ciência

A filosofia e a ciência ocidental, como se conhece, compartilharam a Grécia como o mesmo berço; foram irmãs que, nos primeiros passos, se separaram e hoje buscam se reconciliar. No início, a filosofia tomou para si o lugar de primogênita e exerceu, sobre a ciência e as demais irmãs que vieram, grande influência. No desenrolar desta história, a ciência passou grande parte do tempo lutando para se desvencilhar da filosofia. No clímax, essa luta, tal como a angústia da influência (BLOOM, 1991) sofrida pelos escritores românticos do século XIX, paradoxalmente, funcionou tanto como um motor quanto como um freio para o desenvolvimento da ciência e legou à filosofia uma série de problemas característicos para se ocupar. Sobre isso, aponta Rosenberg.

Mas cada uma dessas disciplinas, que derivaram da filosofia, deixou a filosofia com uma série de problemas característicos: problemáticas que elas não conseguem resolver, mas deixam permanente ou temporariamente para que a filosofia resolva. (ROSEMBERG, 2013, p.14).

A própria história da língua está permeada por esse paradoxo. Desde Aristóteles, cientistas e filósofos vêm se ocupando do entendimento da língua, linguagem, signo, fala, palavra, demonstrando a dificuldade em se dar respostas que culminem num conceito universal. A língua é de fato um dos objetos mais antigos de reflexão e, por empreender-se tanta reflexão sobre este objeto, muitas conclusões convenientes – seja da filosofia, seja da ciência – acabaram concorrendo ou se conciliando, como é o caso da Pragmática, que surgiu da junção entre filosofia e da linguística (disciplina científica).

Essa relação complexa entre filosofia e ciência está no cerne do entendimento do desenvolvimento da ciência e incide em vários problemas, dentre eles o de que é possível produzir uma verdade. Essa foi uma visão que perdurou por muito tempo e sobre a qual grandes nomes da ciência se debruçaram, logrando êxito, mas não permanentemente.



Como a ciência teve grande sucesso em produzir verdade, sua agenda foi tomada por este objetivo. Em relação a este sucesso, é impossível negar a hegemonia que o pensamento cartesiano conquistou na modernidade, tampouco é impossível negar o triunfo da teoria de Newton e sua influência sobre a ciência. Como assinala Santos, “O modelo de racionalidade que preside à ciência moderna constituiu-se a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvido nos séculos seguintes basicamente no domínio das ciências naturais”. (SANTOS, 1988, p.48)

Essa agenda preconizava a possibilidade de se alcançar o conhecimento verdadeiro sobre o real e, para isso, era preciso buscar por um método que fosse universal e infalível, além de expurgar da observação tudo aquilo que não a tornasse neutra. Evidentemente, estava aí um embate entre filosofia e ciência, entre racionalismo e empirismo, entre lógica e metafísica, entre razão e emoção. Neste embate dicotômico, refletido na separação corpo e mente (DESCARTES, 1989), os pilares da ciência foram construídos, a saber: a ordem, a separabilidade e a razão.

Aplicada na descrição geral das teorias científicas, a lógica só aceitou a relação dessas teorias com o empirismo no século XX, a partir do Círculo de Viena. Antes disso, portanto, fez predominar a verificação, pois assim, em tese, a ciência se tornava mais objetiva.

Mas antes do Círculo de Viena, dos anos 30 do século XX, a ciência foi açambarcada pela Revolução Industrial a qual, por seu turno, foi possível por ter florescido num *ethos* que tanto a favoreceu como também favoreceu a ciência: a ética puritana inglesa. Estas normas de conduta beneficiaram enormemente a produção científica (MERTON, 2013) e um fazer regulado no positivismo que valorizou a lógica na ciência.

Embora este momento tenha sido fértil para o surgimento de várias ciências, muitas delas, sobretudo as ciências sociais, toparam com as dificuldades da preponderância de uma lógica positivista, já que ela servia a uma postura muito mais adequada aos métodos das ciências naturais que os métodos das ciências sociais. Para Rosemberg,

desde o surgimento das ciências sociais e comportamentais como empreendimentos “deliberadamente” científicos, cientistas sociais e comportamentais, e alguns filósofos da ciência, têm sustentado que o relativo fracasso dessas disciplinas, em comparação com as ciências sociais, deve-se a uma falha na identificação ou implementação corretas dos métodos que tiveram sucesso nas ciências naturais (ROSEMBERG, 2013, p.20).

De tal maneira, a Linguística, como qualquer disciplina nascida naquele momento – que compreendeu mais de uma metade do século XVIII, todo o século XIX e ainda o início do XX – para se tornar ciência, teve de ser capaz de definir o seu complexo objeto de estudo. Essa condição, eminentemente positivista, obra da pretensa hegemonia das ciências naturais sobre as sociais, que eram ainda incipientes, reduziu a ideia da coisa para torná-la facilmente entendível e, portanto, possibilitar seu estudo. Como aconteceu em muitas ciências, as consequências foram diversas. Na linguística, a delimitação do seu objeto de estudo veio de um caráter ao mesmo tempo empirista e positivista, sendo este último mais proeminente, pois estava sublinhado pela demarcação entre ciência e metafísica. Por um lado, estava a língua como algo diferente da linguagem, ao mesmo tempo, um produto social e um conjunto de convenções necessárias. Do outro lado, a língua como parte social da linguagem, mas exterior ao indivíduo (SAUSSURE, 2006).

Mas foi, também, graças à Linguística e às demais ciências que se ocuparam da língua e da linguagem que, no pós-guerra, a ciência passou a se voltar para outros aspectos, menos concentrada nos mais lógicos.



3. Nova visão da filosofia da ciência

Antes de se chegar ao que se pode chamar de uma nova visão, é preciso salientar que a ciência gozava de grande prestígio na sociedade ocidental da primeira metade do século XX, não manifestando uma crise; pelo contrário. Mesmo o seu envolvimento nas Guerras Mundiais daquele período não parecia indicar que os caminhos que deveriam ser tomados fossem outros. De fato, a sociedade daquele momento assistia, estupefata, ao surgimento de tecnologias que durante milênios tinham sido relegadas aos sonhos e, no entanto, eram possíveis graças ao desenvolvimento científico. A invenção do avião, a construção de arranha-céus, o desenvolvimento dos antibióticos etc. pareciam, finalmente, levar a humanidade a alcançar um outro patamar civilizatório. Mas é possível que a percepção deixada pelo uso da bomba atômica, cujo desenvolvimento se deu, também, por meio de uma das maiores experiências científicas de que se tinha notícia (Projeto Manhattan, 1939 - 1946), tenha levado a uma tomada de opinião da sociedade ocidental que corroborou a percepção dos cientistas da distância entre o ideal lógico e a prática concreta da ciência.

A partir dos anos 50, severas críticas passaram a figurar na narrativa da ciência, voltadas principalmente aos aspectos lógicos, apontando para o surgimento de uma nova visão.

Apesar de Karl Popper estar vinculado ao círculo de Viena, portanto, um patrono da lógica, em sua obra buscou evidenciar que a ciência deveria abandonar o verificacionismo e buscar pelo falseacionismo (POPPER, 1935), cuja premissa era o fazer científico pautado no falseamento das teorias e não na verificação básica de sentenças das teorias. Em geral, isso significava que Popper já antecipava o declínio de uma ciência produtora de verdade. Em Chalmers,

Uma boa lei ou teoria científica é falsificável porque faz afirmações decisivas sobre o mundo. Para o falsificacionista, quanto mais falsificável for uma teoria melhor ela será, num sentido bem elástico. Quanto mais uma teoria afirma, mais oportunidade potencial haverá para mostrar que o mundo de fato não se comporta da maneira como mostrado pela teoria. Uma teoria muito boa será aquela que faz afirmações bastante amplas a respeito do mundo, e que, em consequência, é altamente falsificável, e resiste à falsificação toda vez que é testada. (CHALMERS, 1993, p.60).

Nesse sentido, Popper apontava para o fato de que uma teoria científica, isto é, uma verdade sobre o mundo, é corroborada ao invés de comprovada.

Por meio da obra *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1962), o historiador da ciência, Thomas Kuhn, ao procurar entender como se dava o progresso da ciência, apontou para o fato de que, ao contrário da noção de progresso positivista pautada na acumulabilidade e racionalidade, a ciência progredia pela mudança. Isto significa que a ciência não avança pela sucessão de teorias, ao contrário, ela avança pela ruptura. Desta forma, não seria possível dizer, por exemplo, que a física aristotélica sucedeu a mecânica newtoniana, que por seu turno foi sucedida pela mecânica quântica e relativista (ROSEMBERG, 2013), no sentido de uma advindo da outra.

Essa noção, muito presente na nova visão da ciência, derivava do fato de que não mais se via a ciência como decorrência de um fazer neutro. Apesar da Linguística ter promovido, anteriormente, uma visão dicotômica da língua, mais tarde percebeu-se, por meio das teorias do discurso, que a língua é contaminada pelo sujeito e indissociável dele, ela engendra uma percepção, um modo de operar os fenômenos. Assim, foi possível a Khun apontar a



incomensurabilidade das teorias científicas, o que corroborava a ideia de que uma teoria não sucede a outra, mas rompe com a anterior.

Começava a derrocada de um dos critérios mais importantes da ciência: a neutralidade. Da mesma forma que um termo em uma teoria estava contaminado pela linguagem empregada, refletindo teorias prévias, o olhar do cientista, muito menos, era desprovido de influências. Desta forma, a ideia de uma observação neutra estava finalmente questionada. Rosenberg (2013, p.193) cita o sucesso do uso das experiências da psicologia para o argumento de Khun.

O exemplo de Khun era um valete de espadas vermelho e um valete de copas preto que a maioria das pessoas não percebe pois estão acostumadas com espadas pretas e copas vermelhas. Logo que Khun explicou seu argumento, outros exemplos tornaram-se conhecidos. (KHUN, 2013, p.193).

Findo o absolutismo da verdade, abriu-se espaço para o reconhecimento de que os méritos de uma teoria sobre outra não vêm somente do uso de métodos mais lógicos, mas também de contextos incontroláveis como o histórico e o social. Assim sendo, é possível que uma pluralidade de métodos confirme uma outra pluralidade de dados observacionais. Se não há neutralidade, não há também observação sem teoria. A teoria, portanto, ganha novo enfoque nesta visão.

Mais tarde, discípulo de Karl Popper, o professor Imre Lakatos, ao cunhar o termo programa de pesquisa em substituição à análise de teorias científicas que fazia Khun, apontou para a eminência da construção social do conhecimento. Também assinalou o fato de que o sucesso de um programa científico era muito mais dado a capacidade de fazer novas previsões e muito menos o melhor emprego da lógica, como antes se pensava.

Finalmente, na obra *Contra o Método* (1975), Paul Feyerabend contesta a superioridade da ciência em relação às outras áreas do conhecimento humano, porque também a ciência depende de fatores não-rationais, dentre eles a retórica, a criatividade e a persuasão. Feyerabend buscou apoiar essas ideias porque em sua visão de ciência, a liberdade individual dos cientistas levaria a remoção das restrições metodológicas, que como apontou têm a pretensão de ser racionais. Apesar das críticas que recebeu, o autor deixou as contribuições para a nova visão da ciência uma crítica aos critérios de cientificidade que antes pareciam imaculados.

4. Visão da filosofia da ciência na linguística

Por mais de dois milênios, cientistas e filósofos têm suscitado e lidado com questões, como: o que é a língua? O que é a linguagem? Muitas vezes, essas questões tomaram um caráter indissociavelmente filosófico que pareceu isentar a investigação científica de lidar com elas. Outras vezes, há pouco mais de um século, esses questionamentos ocuparam o centro de muitas ciências, sobretudo da linguística, que pareceu surgir justamente da resposta ou da delimitação da resposta à primeira pergunta: o que é a língua?

Há 102 anos, o Curso de Linguística Geral, uma compilação das aulas de Ferdinand Saussure, estabeleceu novos marcos para o estudo científico da língua e da linguagem. Provavelmente nenhum conhecimento produzido sobre linguagem no século XX e XXI ignorou a obra ou os frutos dela, porque foi dela que se definiu tanto o objeto de estudo da linguística quanto o método.

Em certa medida, já não se admite mais que Saussure debruçou-se totalmente sobre um reducionismo ao delimitar o objeto de estudo da linguística: a língua. Embora o conceito de língua proposto pelo autor tenha partido de uma oposição à fala, ele não deixou de vincular a língua ao sujeito, por exemplo. Por outro lado, talvez não seja possível afirmar que suas



contribuições deixaram o suficiente para ultrapassar o reducionismo ainda vigente derivado dos estudos gregos da Gramática. O próprio Saussure ressalta sobre isso.

Começou-se por fazer o que se chamava de “Gramática”. Esse estudo, inaugurado pelos gregos, e continuado principalmente pelos franceses, é baseado na lógica e está desprovido de qualquer visão científica e desinteressada da própria língua; [...] é uma disciplina normativa, muito afastada da pura observação e cujo ponto de vista é forçosamente estreito (SAUSSURE, 2006, p.07).

Estava claro para o autor a necessidade de ultrapassar essa visão de mundo limitada que tonificava os estudos da língua e impedia o surgimento de uma ciência voltada para isso. Também não deixou de ressaltar a importância da Filologia ou da Gramática Comparada para o surgimento da Linguística nem tampouco as poupou da crítica de nunca terem conseguido ou se preocupado com a natureza do seu objeto de estudo. Para Saussure (2006, p.10), “[...] sem essa operação elementar, uma ciência é incapaz de estabelecer um método para si própria”.

Da mesma forma, o autor tratou de lembrar a correlação da Linguística com outras disciplinas, como a Antropologia, a Etnografia, a Psicologia e a Pré-história, destacando também os limites, embora admitindo falta de nitidez entre eles.

Sobre o que é a língua, Saussure (2006, p.17) acabou afirmando, entretanto, que ela deve ser vista como “algo diferente da linguagem, ao mesmo tempo, um produto social e um conjunto de convenções necessárias”. A língua seria parte social da linguagem, mas exterior ao indivíduo.

Sobre essa última conclusão, vale uma ressalva. Em que medida essa exclusão da língua do indivíduo não reforçou a atomização da língua e seu reducionismo enquanto objeto de estudo? Não veio essa conclusão de um empreendimento de origem cartesiana? Descartes, no século XVI, também teceu distinções similares, ao dissociar mente de corpo ou mente de cérebro. Como aponta Rosenberg:

Os seguidores de Descartes nunca argumentaram que a mente pode existir sem o cérebro, tal como a vida humana não pode existir sem oxigênio. [...] A mente é uma substância separada e distinta, uma substância não física, e por essa razão não sujeita às leis que a ciência física pode desvelar (ROSENBERG, 2013, p.24).

Ora, assim como essas ideias parecem lançar uma total incompreensão sobre as relações humanas, da mesma forma parece que dissociar língua de indivíduo impede a total compressão de uma coisa ou outra.

A empreitada de Saussure nada mais era que uma empreitada de fundo positivista e cunho cartesiano. Mas paradoxalmente, ao afirmar que a língua era social em sua essência, porém independente do indivíduo, a deslocava para o mundo incognoscível da metafísica. Afinal, essa distinção, *a priori*, foi formulada para que se dirimisse a confusão tanto terminológica quanto teórica entre língua e fala, ainda que uma se arrole com a outra, numa relação de interdependência.

Uma das consequências disso foi o surgimento, na segunda metade do século XX, da Sociolinguística. Esta disciplina surgiu como ciência, a princípio, compensatória. Ela buscou contrabalançar o estruturalismo na Linguística que delimitava a língua como algo dissociado do social, ainda que Saussure tivesse apontado para uma potencial relação. Esse fato assinala para uma dicotomização da língua e, portanto, para um afastamento do entendimento dela como um sistema mais complexo. Como um evidente problema, Santos assinala que:



Os males desta parcelização do conhecimento e do reducionismo arbitrário que transporta consigo são hoje reconhecidos, mas as medidas propostas para os corrigir acabam em geral por os reproduzir sob outra forma. Criam-se novas disciplinas para resolver os problemas produzidos pelas antigas e por essa via reproduz-se o mesmo modelo de cientificidade. (SANTOS, 1988. p.64).

Os próprios sociolinguístas, ao afirmarem que a língua é um fato social, concluíam que a linguística era uma ciência social, sendo assim, a sociolinguística não seria outra coisa senão a própria linguística. Partindo das conclusões de William Labov, Calvet (2002, p.12) afirma que a sociolinguística é a linguística, porque é impossível distinguir entre “uma linguística geral que estudaria as línguas e uma sociolinguística que levaria em conta o aspecto social dessas línguas”. O próprio Labov (2007) afirmou em uma entrevista que a língua é objeto de estudo da Sociolinguística. Também respondeu a uma pergunta sobre o futuro da Sociolinguística, que a Linguística não é previsível, preterindo o termo Sociolinguística no lugar do termo Linguística.

Neste ponto, vê-se os contornos que a visão antiga de ciência, baseada na lógica positivista, ofereceu à linguística. Malgrado a visão de hoje ser outra, ainda que não totalmente desvinculada da visão antiga de ciência – pois o saber científico prevalece sobre os demais, como se fosse no antropocentrismo o que o cristianismo foi no teocentrismo – quando a educação reivindica a ciência para propor seus programas e currículos de ensino de língua materna, por exemplo, ainda prevalece uma noção anterior ao surgimento da linguística, entretanto corroborada por ela por meio da dicotomia objeto/sujeito, da homogeneidade, da objetividade, neutralidade, etc., legados da visão antiga da ciência.

Muito antes de se tornar um objeto de estudo científico, a língua se tornou um objeto de ensino. Para Silvia (2017), foi no século XVI que a língua começou a ser trabalhada intencionalmente como objeto de ensino, muito antes, portanto, da publicação da obra de Saussure. A força deste objeto cristalizou muitas concepções que reduziram a língua em qualquer coisa que servisse aos interesses da ciência, da sociedade e mesmo à interesses políticos ou econômicos. No Brasil, por exemplo, a língua foi reduzida, ou transmutada, em ferramenta colonizatória. Ainda para Silvia “Entre o século XVI e meados do século XVIII foi quase que apenas a Companhia de Jesus que culturalizou o Brasil, ou seja, que processou o ensino da cultura letrada [...]” (SILVIA, 2017, p.33)

O próprio fato de a língua estar detida numa concepção homogênea, excluindo o fato de que o Brasil é um país multilíngue, pressupõe uma atomização do conceito de língua que na educação terá efeitos devastadores. Não parece descabido dizer devastador, porque mesmo os próprios mecanismos nacionais de medição de desempenho do ensino-aprendizagem de leitura, que é inerente ao ensino de língua, corroboram essa afirmação. O Relatório ANA 2013-2014 - Análise dos Resultados evidenciou que mais de 66% dos estudantes não são capazes de inferir sentido de palavra em texto verbal ou, simplesmente, inferir sentido em texto verbal.

Os resultados [...] mostram que grande parte dos estudantes do Brasil está concentrada no nível 2 ou no nível 3 da escala de Leitura, que agregam, juntos, 66% dos participantes. As regiões Norte e Nordeste congregam a maior parte de seus estudantes participantes da ANA 2013 nos níveis 1 e 2: possuem, respectivamente, 72% e 74% dos estudantes nesses níveis, bem como apresentam proporção de estudantes posicionados nos níveis 2 e 3 inferiores à proporção observada no País. Nas outras três regiões, os estudantes estão posicionados majoritariamente nos níveis 2 e 3: no Centro-Oeste são 73% dos estudantes, no Sudeste a proporção chega a 71% e no Sul, a 74%; em todas as regiões esse valor supera o valor nacional. (BRASIL, 2015, p. 123 e 124).



Da mesma forma, é conveniente supor que, embora a ciência tenha o poder de reivindicar para ela a preferência na ordem dos saberes, foi insuficiente – ou menos do que se admite – o que conseguiu fazer a Linguística, como disciplina científica, pelo o ensino da língua materna. No Brasil, como aponta o documento “Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar” (2013, p.24), as instituições produtoras de conhecimento científico são uma das fontes, listada em primeiro lugar, dos conhecimentos escolares.

[...] a fonte em que residem os conhecimentos escolares são as práticas socialmente construídas. [...] essas práticas se constituem em “âmbitos de referência dos currículos” que correspondem: a) às instituições produtoras do conhecimento científico (universidades e centros de pesquisa); b) ao mundo do trabalho; c) aos desenvolvimentos tecnológicos; d) às atividades desportivas e corporais; e) à produção artística; f) ao campo da saúde; g) às formas diversas de exercício da cidadania; h) aos movimentos sociais. (BRASIL, 2013, p.24).

Como consequência dessa hegemonia da ciência sobre as demais formas de conhecimento na hora de determinar a construção do conhecimento, atesta-se um equívoco. Especialmente sobre o ensino de língua no caso da educação brasileira, influenciado pela noção de língua criada pela ciência, este equívoco é evidenciado tanto pelo desempenho dos estudantes em provas internacionais, quanto em provas nacionais. Como aponta o documento Brasil no PISA 2015, Análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros, especificamente sobre o desempenho de leitura, cuja relação com o ensino de língua se conhece,

No Brasil, 51,0% dos estudantes estão abaixo do nível 2 em leitura, patamar que a OCDE estabelece como necessário para que os jovens possam exercer plenamente sua cidadania. Esse percentual é maior na República Dominicana (72,1%) e menor no Canadá (10,7%) (BRASIL, 2015, p.127).

Esses resultados não são provenientes, unicamente, da concepção de língua produzida pela Linguística que advêm da Linguística saussuriana. Há de se levantar também várias outras nuances como políticas, sociais, econômicas etc. Mas é inegável, assim como ocorreu para outras ciências, as consequências para a linguística do seu surgimento dentro da visão antiga da ciência.

5.Considerações finais

Hoje, no que se poderia chamar de ciência pós-moderna, não se admite mais que alguma forma de conhecimento é, em si, racional; nem mesmo a forma de conhecimento que mais prestígio conquistou no antropocentrismo, a ciência, tem este adjetivo.

No entanto, por mais de 400 anos, à conta do pretensioso empreendimento em buscar explicações do mundo real, a ciência se dedicou a função de descobrir, descortinar, lançar luz. Para isso, debruçou-se na verificação por meio de um método único, infalível, universal, dotado de uma observação neutra e imparcial criando uma forma de, supostamente, alcançar o conhecimento verdadeiro, levando as outras formas de conhecimento a um limbo.

A partir do final da primeira metade do século XX, decorrente também da contestação social da ciência como o tipo de conhecimento capaz de fazer a humanidade evoluir, – porque quando mal-empregada era eficientemente capaz de prejudicar a vida, a sociedade e a natureza – filósofos e cientistas buscaram enxergá-la de outra forma, construindo uma nova visão, sem mais verdades absolutas, sem neutralidade, com pluralidade metodológica e com a força da objetividade socialmente construída.



No surgimento da Linguística, convencionada a partir da publicação da obra Curso de Linguística Geral, de Ferdinand Saussure, a visão antiga proporcionou a delimitação do objeto de estudo, do qual também derivou um método, e alçou a linguística como uma das mais influentes ciências de sua época. Por outro lado, essa avidez em delimitar a língua como objeto de estudo científico acabou em contornos limitadores, os quais, antes de contribuir definitivamente para uma visão da língua enriquecedora para a sociedade, corroborou visões até mesmo anteriores, evidenciadas pela distância abissal, nunca contornada, entre o que a língua é e como ela é vista.

Referências

BLOOM, H. *A angústia da influência: uma teoria da poesia*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

BRASIL. Brasil no PISA 2015: análises e reflexões sobre o desempenho dos estudantes brasileiros / OCDE-Organização para a Cooperação e Desenvolvimento econômico. — São Paulo: Fundação Santillana, 2016.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. In: Brasil. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Avaliação Nacional da Alfabetização: relatório 2013-2014: volume 2: análise dos resultados. – Brasília, DF: Inep, 2015.

_____. Ministério da Educação. PNLD 2017: língua portuguesa – Ensino Fundamental anos finais. Brasília, DF: MEC, SEB, FNDE, 2016. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/125-guia-pnld>>. Acesso em: 26 de junho de 2016.

CHALMERS, A. F., *O que é ciência, afinal?* São Paulo, Editora Brasiliense, 2001.

DESCARTES, R. *Discurso do Método*. Apresentação e comentário de Denis Huisman. Trad. de Elza Moreira Marcelina. São Paulo: Ática, 1989.

FEYERABEND, P. *Contra o método*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1977.

LABOV, W. Sociolinguística: uma entrevista com William Labov. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*, vol. 5, n. 9, agosto de 2007. Tradução de Gabriel de Ávila Othero.

MERTON, R. K. *Ensaio de sociologia da ciência*. São Paulo: Editora 34, 2013.

POPPER, K. R. *A lógica da Pesquisa Científica*. Trad. Leonidas Hegenber e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1972.

ROSENBERG, Alex. *Introdução à filosofia da ciência*. São Paulo: Edições Loyola, 2013.



VII ENLETRARTE

Encontro Nacional dos Professores de Letras e Artes
DO PAPEL AO PALCO: ATOS DE RESISTÊNCIA

02 a 04 de Outubro de 2018
Campos dos Goytacazes/RJ

SANTOS, B. S. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos avançados*, v.2, n.2, p.46-71, São Paulo, mai./ago. 1988.

SAUSSURE, F. de. *Curso de Linguística Geral*. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein. 27.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVIA, R. V. M. e. *Contradições no ensino de português: a língua que se fala X a língua que se ensina*. 8. Ed. – São Paulo: Contexto, 2017.